

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.746 - RS (2019/0182463-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **SOMPO SEGUROS S.A.**
ADVOGADOS : **PEDRO TORELLY BASTOS - RS028708**
 ANA CÂNDIDA MENEZES MARCATO - SP203602
EMBARGADO : **UNIAO INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA**
ADVOGADOS : **CLOTARIO CASTELANO - RS016709**
 Paulo Cesar Hack - ADMINISTRADOR JUDICIAL - RS044805
INTERES. : **REGIS GIACOBBO MAZZAFERRO**
ADVOGADO : **REGIS GIACOBBO MAZZAFERRO (EM CAUSA PRÓPRIA) -**
 RS006372
INTERES. : **MARIA LAURA MAZZAFERRO FIRMINO**
ADVOGADO : **MARIA LAURA MAZZAFERRO FIRMINO (EM CAUSA PRÓPRIA) -**
 RS019675

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão que negou provimento ao agravo (e-STJ fls. 1.131/1.138).

A embargante alega que (e-STJ fl. 1.142):

Sempre com a devida vênia, há obscuridade a ser sanada a respeito da correta interpretação da base de cálculo em que incidirá o aumento percentual dos honorários sucumbenciais. Assim, a ora Embargante pede vênia que Vossa Excelência esclareça se a correta interpretação seria a incidência de 20% apenas em face dos 10% já fixados pelo Tribunal local para a ação de cobrança (nada sendo majorado nos honorários fixados na ação declaratória, posto que já atingiram o máximo legal de 20%), levando a um percentual final de honorários sucumbenciais equivalente a 12% (doze por cento), incidentes sobre o valor da condenação na ação de cobrança.

A embargada não apresentou impugnação (e-STJ fl. 578).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração para: (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento ou (iii) corrigir erro material.

Embora a decisão embargada não contenha os alegados vícios, em atenção ao princípio da cooperação, positivado no art. 6º do CPC/2015, esclareço que a decisão embargada, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majorou em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Dessa maneira, tendo os honorários de sucumbência atingido o limite máximo no processo referente à apelação n. 70079313672, apenas no processo em que esses não atingiram tal limite é que os honorários advocatícios serão majorados em virtude do não provimento do

Superior Tribunal de Justiça

agravo.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração, para prestar os esclarecimentos necessários, mas sem alterar o resultado do julgamento do agravo nos próprios autos.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator